

ATA NÚMERO 40/XV/1.ª SL

Aos catorze dias do mês de março de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição de peticionários da [Petição n.º 103/XV/1.ª](#) – Em defesa dos nossos Professores! – 15h00

3. Aprovação de ata

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

4.2 Relatório da audição no Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

5. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 60/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Cria o Estatuto do Estudante Deslocado Insular

- Relator: Deputado Dinis Ramos (PSD)

6. Fixação da redação final dos [Projetos de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#) – Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente, [n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor e [n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#) – Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 347/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que crie uma iniciativa institucional que replique no seu âmbito próprio de atuação o programa «Parlamento dos Jovens», ponderando designadamente a criação das figuras do conselho de ministros dos jovens e do ministério aberto aos jovens

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

10. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho – Apreciação na Especialidade dos Projetos de Lei do Ensino Superior Politécnico.

11. Outros assuntos

12. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

2. Audição de peticionários da [Petição n.º 103/XV/1.ª](#) – Em defesa dos nossos Professores! – 15h00 – Confirmada

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos peticionários (a petição foi apresentada por Isabel Vasco e tem 14.652 subscritores), recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação de peticionários fez uma intervenção e uma apresentação sobre a matéria (disponíveis na [página da Comissão](#)), tendo referido o seguinte, em síntese:

- A primeira peticionária explicou que a razão que a levou a lançar a petição foi motivada pela impotência que os pais sentiam face ao apelo dos professores;
- Três semanas após o lançamento, a petição já reunia 15 mil assinaturas, e, assim, decidiu encerrá-la e submetê-la à Assembleia da República;
- Considera que a luta dos professores é a luta por uma vida melhor para as suas famílias, comum à maioria das famílias de todos os portugueses;
- Dando o exemplo pessoal da sua mãe, afirmou que no interior do País, há 70 anos, frequentar a escola era um privilégio, apenas acessível a pessoas com grande capacidade económica e que a evolução conseguida, foi também devida ao empenho e influência dos professores;
- Considera que os professores têm excesso de trabalho, salários insuficientes e condições de trabalho pouco dignas;
- Em síntese apelou a um ensino público, universal, de qualidade, equitativo, igualitário, para permitir profissionais do ensino motivados, com condições de trabalho adequadas, que forme cidadãos respeitadores do Estado de direito.

Intervieram depois os Senhores Deputados Palmira Maciel (PS), António Cunha (PSD, relator da petição), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

- Os pais estão preocupados com o impasse a que estas negociações chegaram, que provocam grande insegurança, desejando, assim, um consenso construtivo em torno de uma matéria que é essencial;

- Assistem a uma desaposta na escola pública, orçamentos insuficientes, poucos funcionários para o número de alunos, e os professores estão sobrecarregados com burocracia, desviando-os da sua atividade principal;
- A escola pública é a mais democrática, mais inclusiva, é esta escola que consigna e cumpre o direito à educação e à equidade das oportunidades;
- Por fim apelaram para que os Senhores Deputados fizessem uso da sua influência para defenderem uma escola pública de qualidade, pois nem todos os portugueses podem pagar escolas privadas;
- Lembraram a importância do Estado social para a criação de uma sociedade próspera e solidária, capaz de formar cidadãos vocacionados, motivados, e satisfeitos com as suas condições de trabalho;
- Apelaram a remunerações justas de professores e de outros profissionais da educação que lhes permita uma vida digna; a um modelo de avaliação de desempenho que recompense o mérito sem aplicações de quotas de progressão; a apoios técnicos especializados nas áreas da saúde nas escolas; à adequação do rácio de trabalhadores/alunos por parâmetros educativos; à atualização dos espaços físicos das escolas; orçamentos realistas que permitam às escolas realizarem os seus projetos;
- Aludiram ainda à necessidade de assegurar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos professores.

A gravação da audição, bem como a intervenção e a apresentação feitas, estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Aprovação de ata

Submetida à votação, a ata da reunião da Comissão de dia 7 de março de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei

O Senhor Presidente informou que o [Projeto de Lei n.º 627/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria uma Rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior, tinha baixado à 8.ª Comissão em 07/02/2023 e que o mesmo estava arrastado para discussão no Plenário em 23/03/2023, junto com o [Projeto de Lei n.º 228/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (primeira alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio). Caberia ao Grupo Parlamentar do PS elaborar o parecer e que a apresentação do mesmo seria agendada para a reunião do dia 21/03/2023. O Grupo Parlamentar do PS informou que indicaria posteriormente o Deputado relator deste parecer.

Informou também que o [Projeto de Lei n.º 629/XV/1.ª \(CH\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio procedendo, ao reforço da colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, tinha baixado à 8.ª Comissão em 07/03/2023 e que o mesmo estava arrastado para discussão no Plenário em 23/03/2023, junto com o [Projeto de Lei n.º 228/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (primeira alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio). Caberia ao Grupo Parlamentar do PSD elaborar o parecer e que a apresentação do mesmo seria agendada para a reunião do dia 21/03/2023. O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Deputado Rui Cruz como relator deste parecer.

Deu nota ainda que o [Projeto de Lei n.º 622/XV/1.ª \(L\)](#) – Estabelece um mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas, taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior públicas devido à crise económica e social causada pela inflação, tinha baixado à 8.ª Comissão em 08/03/2023, tendo sido arrastado para discussão no Plenário em 23/03/2023, junto com a [Proposta de Lei n.º 45/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Determina a cessação de vigência de leis publicadas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Caberia ao Grupo Parlamentar do PS elaborar o parecer e que a apresentação do mesmo seria agendada para a reunião do dia 21/03/2023. O Grupo Parlamentar do PS informou que indicaria posteriormente o Deputado relator deste parecer.

Por último, informou que o [Projeto de Lei n.º 623/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes, tinha baixado à 8.ª Comissão em 08/03, tendo sido arrastado para discussão no Plenário em 23/03/2023, junto com o [Projeto de Lei n.º 228/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (primeira alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio). Caberia ao Grupo Parlamentar do PS elaborar o parecer e que a apresentação do mesmo seria agendada para a reunião do dia 21/03/2023. O Grupo Parlamentar do PS informou que indicaria posteriormente o Deputado relator deste parecer.

4.2. O relatório da audição no Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens - à equipa responsável pelo sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, realizada em 28/02/2023, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

5. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 60/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Cria o Estatuto do Estudante Deslocado Insular

Apresentou o Deputado Dinis Ramos (PSD).

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) sugeriu a retirada do ponto 3 da parte III do parecer. A sugestão foi aceite pelo autor.

Colocado à votação, com a alteração, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

6. Fixação da redação final dos [Projetos de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#) – Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente, [n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor e [n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#) – Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior

A redação final, mantendo-se o aditamento do artigo 65.^o-A, foi fixada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do PCP e do BE.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 347/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que crie uma iniciativa institucional que replique no seu âmbito próprio de atuação o programa «Parlamento dos Jovens», ponderando designadamente a criação das figuras do conselho de ministros dos jovens e do ministério aberto aos jovens

A discussão deste projeto de resolução foi adiada devido à autora do mesmo não ter comparecido.

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030

A informação de discussão conjunta com o Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª (PSD), bem como a gravação, estão disponíveis nas iniciativas.

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

A informação de discussão conjunta com o Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª (PAN), bem como a gravação, estão disponíveis nas iniciativas.

10. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho – Apreciação na Especialidade dos Projetos de Lei do Ensino Superior Politécnico.

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Porfírio Silva (PS) apresentou o relatório de atividades.

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

Assim, este Grupo de Trabalho finaliza os seus trabalhos e é declarado extinto.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data das próximas reuniões

Foi deliberado, por consenso dos Senhores Deputados, aceitar as datas propostas nos seguintes termos:

- 21 de março de 2023 – 15h00 – Audição conjunta do ME e SEI, em conjunto com a 10.^a Comissão, por requerimentos do PSD e da IL
- 29 de março de 2023 – 10h00
- 4 de abril de 2023 – 15h00 – Audição da MCTES, por requerimento da IL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h45, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Catarina Lobo (PS)
Fernando José (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Eunice Pratas (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Dinis Ramos (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
Diogo Cunha (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Alves (PS)
Rui Cruz (PSD)
Manuel Loff (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Carla Castro (IL)
Joana Mortágua (BE)